

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA MULHERES: Programa Mulheres Mil do IFMA<sup>1</sup>**

**Zeila Sousa de Albuquerque**

Mestra em Educação

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – [prof.zeila@uifma.edu.br](mailto:prof.zeila@uifma.edu.br)*

**Raimundo Nonato Silva Júnior**

Mestre em Educação

*Universidade Federal do Maranhão – COLUN – [choconato13@yahoo.com.br](mailto:choconato13@yahoo.com.br)*

### **RESUMO**

As políticas públicas e programas governamentais são respostas do governo às demandas de reivindicações realizadas por diversos seguimentos dos movimentos sociais. O Programa Mulheres Mil é uma política pública de inclusão social, cujo objetivo é proporcionar as mulheres que vivem em situações de vulnerabilidade social o acesso à educação profissional e tecnológica, à qualificação, ao emprego e renda. O nosso estudo objetivou analisar o Programa Mulheres Mil desenvolvido no Instituto Federal do Maranhão - Monte Castelo, investigando os possíveis impactos do Programa na vida das alunas egressas, verificou-se se a capacitação profissional destinada às essas mulheres contribuiu para a sua melhoria da renda, inclusão social e empoderamento. Para o desenvolvimento da pesquisa realizou-se análise de documentos que tratam do Programa e entrevistas. Constatou-se que o programa tem relevância na vida das mulheres como meio de acesso a cursos de qualificação. Contudo, o empoderamento das mulheres não é trabalhado no Programa.

**Palavras chave:** Programa Mulheres Mil. Inclusão. Empoderamento

### **1 Introdução**

As políticas públicas e programas governamentais são respostas do governo às demandas de reivindicações realizadas por diversos seguimentos dos movimentos sociais. De acordo com (Reis,1989), a política pública pode ser entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. Já um programa governamental, consiste em uma ação de menor abrangência em que desdobra uma política pública (DRAIBE, 1991).

O principal objetivo da nossa pesquisa foi analisar o Programa Mulheres Mil desenvolvido no Instituto Federal do Maranhão (IFMA), especificamente no Campus Monte Castelo no município de São Luís, investigando os possíveis impactos do referido Programa na vida das mulheres egressas, verificando se a capacitação profissional destinada a essas mulheres contribuiu para a sua elevação da escolaridade, empoderamento, melhoria da renda e redução da pobreza<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é fruto de um Projeto de pesquisa (PIBIC) desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA Campus Centro Histórico – São Luís.

Para melhor compreensão do objeto pesquisado, utilizamos o paradigma qualitativo de análise, analisamos as narrativas dos sujeitos investigados (professores/as e coordenadores/a e mulheres), utilizando o método *análise de conteúdo* para tratar as informações e discursos produzidos, pois esta é uma técnica privilegiada para análise do sentido explícito ou implícito do material recolhido e transcrito, definindo-se como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1988, p. 31).

O principal foco foi responder os seguintes questionamentos: em que medida o Programa Mulheres Mil contribuiu para a garantia da autonomia e emancipação das mulheres? As mulheres assistidas conseguiram uma colocação no mercado de trabalho? Houve um aumento na qualidade de vida delas e de toda a família? Deste modo, como o foco do Programa são mulheres em condição de vulnerabilidade social, a nossa pesquisa visou investigar também as questões de gênero no contexto do referido Programa procurando averiguar se a ideia de mulher apresentada pelo Mulheres Mil é heteronormativa, se os cursos oferecidos naturalizam as diferenças de gênero restringindo o acesso à cidadania e a equidade dessas mulheres, tendo em vista que os cursos que as mulheres participam são na sua grande maioria voltados para serviços domésticos ressaltando o âmbito privado.

## 2 Políticas Públicas de gênero

Os debates em torno das políticas públicas de educação precisam ser situados no contexto de processos de reestruturação socioeconômica e culturais mais amplos, tendo em vista que as políticas públicas têm ligação direta com o capitalismo e seu processo de produção-reprodução e com a luta de classes nele estabelecida e com a intervenção do Estado.

Antônio Gramsci (2000), colaborou para entendermos o Estado como espaço de disputa entre os interesses de classe e a pressão exercida pelos grupos subordinados, para ele:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo [...] o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto [...] (GRAMSCI, 2000, p. 41- 42).

<sup>2</sup> Para Silva (2013, p.31), “Além do problema de deficiência de renda, ao conceito de pobreza agregam-se problemas de saúde, educação, moradia, desemprego e grande dificuldade de fazer valer direitos no meio profissional e extraprofissional”.

Por meio das reflexões gramscianas, podemos assegurar que, desde o final do século XIX, o Estado de Bem-Estar Social, representou uma forma de ampliação da esfera estatal mediante um grosso investimento público em áreas como saúde, previdência, educação e outros serviços sociais, um retorno às demandas da classe trabalhadora e movimentos sociais em geral.

Os movimentos feministas<sup>3</sup> e os movimentos de mulheres, enquanto sujeitos políticos e sociais tiveram um papel basal na luta pelo fortalecimento das mulheres nos espaços públicos e privados da sociedade brasileira, garantindo políticas públicas com recorte de gênero em diversas áreas tais como: saúde, trabalho, educação, assistência social, entre outras.

O conceito de gênero passou a ser utilizado por estudiosas feministas com a intenção de dar visibilidade à mulher como sujeito, agente social e histórico. Tem sua origem em um diálogo entre o movimento feminista e suas teóricas, juntamente com as pesquisadoras de diversas disciplinas das ciências sociais e humanas. Entende-se gênero como “uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados ao homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75). Para a autora, a categoria gênero além de ser um instrumento para reivindicar certo terreno de definição e para insistir sobre a inadequação das teorias existentes, é possível explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens na sociedade. Da mesma forma, ela salienta que, “[...] o termo ‘gênero’ também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para as diversas formas de subordinação feminina [...]” (p. 75).

As questões relacionadas a gênero acabam por refletir o modo como são classificadas as atividades de trabalho no âmbito público e privado, os atributos pessoais e os encargos destinados tanto aos homens como às mulheres em diversos campos, tais como: a religião, a política, o lazer e a educação.

Contudo, para analisar políticas públicas de educação e programas governamentais com recorte de gênero, não bastam identificar as políticas e programas que atendem as mulheres e fazer a utilização do conceito de gênero, apesar de a categoria gênero ser de extrema importância para que se compreenda a interação e cumplicidade com que se constroem as relações entre homens e mulheres, sujeitos marcados pela cultura.

---

<sup>3</sup> O movimento feminista no Brasil teve diversas manifestações. Pinto (2003), por exemplo, sinaliza que são múltiplos os objetivos, as manifestações e as pretensões do feminismo brasileiro que tiveram início no final do século XIX e se estenderam pelas três primeiras décadas do século XX.

O processo de reestruturação produtiva do capital traz com ele a precarização do trabalho para homens e mulheres, embora haja um aumento da exploração da força de trabalho feminina, que são absorvidas pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado. O aumento da pobreza entre as mulheres está diretamente ligado à qualidade de sua inserção no mundo do trabalho. Para Melo (2005, p. 16), quando se trata de pobreza é essencial o recorte de gênero, tendo em vista que as condições objetivas de trabalho são diferentes para homens e mulheres. Na perspectiva da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) pobreza e exclusão são fenômenos que atingem de forma diferenciada os sexos:

Para as mulheres esta realidade de carências é mais aguda, uma vez que elas realizam uma gama enorme de atividades não remuneradas, seja no âmbito mercantil, seja no seio da família, pela dedicação às atividades do lar que as fazem serem majoritariamente dependentes da provisão masculina para o sustento de suas famílias.

É nessa perspectiva que as políticas públicas voltadas para gênero e desenvolvimento são impostas pelo Banco Mundial, políticas de caráter emergencial e compensatórias, no qual faz-se um deslocamento da noção universal de direitos das políticas sociais para o enfoque da pobreza.

As políticas educacionais contemporâneas devem ser compreendidas no quadro mais amplo das transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas que caracterizam o mundo atual. Para Libâneo; Oliveira e Toschi (2011, p. 32), “as reformas educativas executadas em vários países do mundo europeu e americano, nos últimos 20 anos, coincidem com a recomposição do sistema capitalista mundial”. Isso resulta no incentivo a um processo de reestruturação global da economia pelo neoliberalismo<sup>4</sup>.

Nessa perspectiva, os países ricos realizaram suas reformas educacionais, em que na sua maioria submeteram a escolarização às exigências da produção e do mercado. E os países pobres foram submetidos a uma política educacional elaborada pelos organismos multilaterais vinculados ao capitalismo para atender as demandas da globalização.

Nesse contexto, essas políticas econômicas e educacionais de ajustes vêm sendo implementadas pelos governos brasileiro através dos organismos internacionais<sup>5</sup> que marcaram forte presença na educação brasileira quando “entram em cena em termos organizacionais e pedagógicos,

---

<sup>4</sup> Segundo Draibe (1993) o neoliberalismo pode ser definido como um conjunto de regras práticas de que o liberalismo lança mão, neste novo contexto de crise, para a manutenção do sistema capitalista.

<sup>5</sup> Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

marcados por grandes eventos, assessorias técnicas e farta produção documental” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 97).

No Brasil, desde o início do processo de industrialização a política de educação está direcionada para atender as necessidades de formação profissional para o mercado de trabalho, com o surgimento de das escolas de artífices, a criação do SESI, SENAI, SESC, SENAC, e posteriormente com as Escolas Técnicas e atualmente os Institutos Federais. Destarte, os Programas do Governo passam a serem desenvolvidos para atender a lógica de capacitação para o mercado de trabalho. Nesse contexto, o “Programa Mulheres Mil” objeto de estudo desta pesquisa visa “aliar a educação ao trabalho, visando à diminuição dos problemas em comunidades de baixo índice de desenvolvimento humano”. (BRASIL, 2011, p. 05). Assim, o Programa propõe acesso à educação profissional consoante às ofertas de trabalho de cada local, elevação da escolaridade e inserção de mulheres das Regiões Norte e Nordeste do Brasil no mercado de trabalho.

### **3 Resultados e impactos alcançados**

Verificou-se que o Programa “Mulheres Mil está inserido nos preceitos do neoliberalismo. Os programas de qualificação profissional para mulher possuem um caráter compensatório, os cursos ofertados estão relacionados as atividades historicamente relacionadas aos papéis femininos no espaço privado.

De tal modo, os cursos oferecidos naturalizam as diferenças de gênero restringindo o acesso à cidadania e a equidade dessas mulheres. Os cursos que as mulheres participam são na sua grande maioria voltados para serviços domésticos, reforçando a divisão sexual do trabalho, conforme relato feito por profissionais da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia das regiões Nordeste e Centro-Oeste na “Carta Brasília Mulheres Mil” (2012, p. 02): “Questionamos a ideia de emancipação feminina apresentada pelo Programa Mulheres Mil, uma vez que o rol de cursos apresentados ressaltam o âmbito privado”, não contribuindo para a superação das assimetrias de gênero..

Dessa forma, o empoderamento das mulheres não é trabalhado no Programa, ausência de ações voltadas para a equidade de poder entre os sexos, além do mais, os cursos não trabalham a formação integral da mulher, e a elevação da escolaridade.

No entanto, ele tem relevância na vida das mulheres como meio de acesso a cursos de qualificação profissional, inserindo as mulheres no mercado de trabalho, contribuindo assim para a elevação da autoestima e redução da pobreza.

## REFERENCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Brasília: Setec, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento fundamentação legal do Programa Nacional Mulheres Mil. Brasília: Setec, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Base%20Legal%20do%20Programa.pdf> Acesso em: 19/03/2013.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Metodologia de análise comparativa de programas sociais**. Campinas, NEPP-UNICAMP, 1991.

\_\_\_\_\_. As políticas sociais e o neoliberalismo: Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**. Dossiê Liberalismo-Neoliberalismo. Nº 17. São Paulo. Março/maio. 1993. (p.86-101).

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2011.

MELO, Hildete Pereira de. Gênero e pobreza no Brasil: Relatório Final do Projeto Governabilidad Democratica de Género en America Latina y el Caribe. Brasília: SPM, 2005.

REIS, Elisa Pereira. Política e políticas públicas na transição democrática. In: Moura, Alexandrina de Moura (org.). **O estado e as políticas públicas na transição democrática**. São Paulo: Vértice/Editora revista dos Tribunais: Recife, 1989.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, 1995, p. 71-99.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais**. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/O debate sobre a pobreza-quest%C3%B5es teorico-conceituais.pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/O%20debate%20sobre%20a%20pobreza-%20quest%C3%B5es%20teorico-conceituais.pdf).